

ESPELHO, MAPA, FERRAMENTA OU DE COMO AS PALAVRAS DÃO CORPO ÀS IDÉIAS

José Carlos de Azeredo
(UERJ)

RESUMO

Este trabalho retoma a conhecida tese de que os seres vivos são limitados por sua natureza biológica e vivem integrados ao ciclo da vida, a cujas leis se submetem de forma inexorável. O homem, contudo, tem consciência dessa limitação, e reage a ela criando outra dimensão na qual busca o sentido de sua existência: a dimensão cultural. Ele ingressa nessa dimensão pela via do símbolo, que, na medida em que atua como um gerador e modelador de conceitos, converte o 'mundo das coisas' em um 'mundo de significados'. O homem repete, cria e recria formas de expressão, mas a variedade e complexidade delas tanto refletem quanto geram a variedade e complexidade de nossas experiências do mundo e de nossos conhecimentos. É este pressuposto que ampara uma convicção partilhada por muitos educadores: o sucesso do empreendimento pedagógico depende fundamentalmente da capacidade de leitura e de escrita dos educandos. Esta capacidade pode ser contínua e eficazmente estendida e refinada mediante a reflexão sobre a natureza simbólica da língua e a discussão sobre a relação entre a construção dos textos e seus fins sociocomunicativos.

PALAVRAS-CHAVE: símbolo, cultura, palavras e ferramentas, linguagem e conhecimento, texto e ensino da leitura.

1. Na Fronteira do Universo Humano

Tendemos a atribuir valor comunicativo às mais espontâneas manifestações da vida – como prenúncio de chuva no canto de certas aves ou a esperança de sol na música das cigarras. Muitas dessas manifestações são autênticos sinais – auditivos, olfativos, cromáticos – usados para a comunicação entre seres da mesma espécie, e até de espécies diferentes. Variedades fantásticas de sons são generalizadamente empregadas no universo animal, mas só o homem modela a substância sonora produzida por seu aparelho vocal em segmentos que a experiência escolar nos ensinou a analisar em fonemas, sílabas, vocábulos, frases. Por outro lado, a simples observação da realidade também nos ensina que o ser humano é o mais imperfeito e o mais dependente dos seres vivos.

Potros e bezerros são capazes de pôr-se de pé e caminhar alguns minutos após o nascimento. Tartarugas marinhas disparam em corrida na direção do mar assim que rompem a casca do ovo. Vários pássaros estão aptos a voar com poucas semanas de nascidos. Com alguns meses, leopardos e ursos já aprenderam a caçar e não dependem mais dos pais para comer.

Desde que deixa o ventre materno, porém, o homem precisa normalmente de dez a doze meses para caminhar sozinho. Aos dois anos de idade, provavelmente morreria de fome se tivesse de *ir à luta* em busca do alimento.

A vida, em qualquer de suas manifestações, pressupõe, no entanto, uma complexa rede de interdependências. O melhor exemplo disso é a cadeia alimentar. Nada é autônomo para viver. Toda vida é uma busca e uma doação. O ser humano é parte da extraordinária cadeia energética que constitui a vida na face da terra. Biologicamente falando, ele é apenas um ser vivo entre todos os outros. Nem superior nem inferior, nem mais nem menos importante. Entretanto, ele só assume o comando da própria sobrevivência depois de um longo processo de maturação fisiológica, mental e afetiva.

Essa lentidão deveria deixá-lo em desvantagem, mas a realidade prova o contrário. Ele foi o único animal capaz de se afastar da natureza para tornar-se algo mais do que uma parte dela. É esse afastamento que nos dá a chave para compreender o que o torna diferente de todos os outros. Separando-se, ele pôde observar a natureza, percebê-la na sua exuberante totalidade, investigá-la e desvendar alguns de

seus mistérios.

O primeiro efeito desse afastamento tem um preço alto: a consciência da imperfeição. Para superá-la, ele imita seu Criador. Criando pela imitação, ele supera os próprios limites. Concebe o arco e dá à flecha maior ímpeto e velocidade; abate animais e protege-se com sua pele; inventando a roda, empresta pernas aos objetos.

Embora representem um nível bem primário de afastamento, o arco, a pele e a roda são manifestações de um dom que ele irá explorar ao longo de sua aventura sobre a terra a fim de transformar todo espaço, por mais hostil que seja, em um lugar onde possa viver, criar e transmitir às gerações o legado de sua presença e do seu trabalho.

Assim é o homem. Cabe-nos agora perguntar se a palavra desempenha em nossa vida um papel análogo ao desses instrumentos. Seria a palavra uma espécie de utensílio, como a roda; um tipo de ferramenta, como o serrote? As ferramentas, os utensílios valem pela utilidade que têm. E essa utilidade determina a forma que apresentam. Quando se trata de ferramentas e utensílios, forma e função são inseparáveis.

Será que, também na natureza, a aparência, a anatomia, a forma dos seres estão a serviço da função que eles desempenham no conjunto da vida? A resposta não é simples.

Documentários sobre plantas, insetos, pássaros, peixes costumam nos deslumbrar com uma extraordinária diversidade de formas e cores. Leigos, quase sempre admiramos o espetáculo sem encontrar para ele outra explicação além da criatividade caprichosa e incontrollável da natureza. Leigos, preferimos acreditar que a natureza nos oferece, muitas vezes, sessões de puro exibicionismo, atribuindo a ela uma intenção que é, contudo e de fato, exclusivamente nossa. É por isso que compomos jardins, montamos aquários, engaiolamos pássaros.

Os especialistas garantem, todavia, que, na natureza, todas as formas e cores se explicam pela função a que servem: locomoção, comunicação, nutrição, defesa, ataque, atração, reprodução etc. A evolução das espécies é pródiga em exemplos de órgãos que se desenvolveram ou se modificaram anatomicamente para atender às novas exigências do meio. A eventual perda progressiva da função de um órgão, tornando-o inútil para as demandas adaptativas do meio, se expressa ordinariamente em sua atrofia e conseqüente absorção pelo

conjunto do corpo.

Se o universo humano fosse regido exclusivamente pelas leis da biologia, tudo se passaria desse mesmo modo. Acontece que o homem não espera que a natureza o modifique para adaptá-lo às exigências do meio; ele adapta o meio aos seus propósitos e necessidades. A lâmina de um serrote lembra muitos objetos naturais, como a feira de dentes de um tubarão ou as bordas das folhas de certas plantas. São formas parecidas que servem a funções semelhantes. Mas só o serrote é um utensílio, uma ferramenta, porque é obra do homem.

Mas voltemos à palavra. As ferramentas, os utensílios “valem” pela utilidade que têm. E qual é a utilidade da palavra? “As palavras”, diria alguém movido tão-só pelo senso prático, “servem para pôr nomes nas coisas: sapato, peixe, estrela”. Algumas palavras até imitam o que nomeiam: ovo, por exemplo. Em qualquer direção que se olhe a palavra ou o objeto, a gente vê a mesma forma, a mesma coisa. Alguém mais detalhista diria provavelmente que a palavra não ‘põe nome’ só nos objetos que alcançamos pelos sentidos, mas ainda, e principalmente, em um rol eclético de entidades e noções que parecem ganhar nitidez no nosso entendimento somente quando são nomeadas: *alegria, medo, alívio, beleza, vergonha, justiça*. Munidas das palavras – que tomaram o lugar das coisas, entidades e noções – as pessoas transformam o conjunto de suas experiências e saberes em objetos passíveis de troca. Expressões como “Bom dia!”, “Por favor.”, “Parabéns!”, “Obrigado.”, “Valeu.”, “Que pena!” certamente não têm a natureza material das ferramentas, mas desempenham papéis análogos aos das ferramentas, visto que por meio delas modificamos ou criamos situações e atingimos objetivos .

A palavra tem, portanto, pelo menos duas utilidades: a de dar nome aos objetos – que a identifica como autêntico símbolo (ou *signo*, como preferem os lingüistas) – e a de viabilizar a troca de sentimentos e idéias entre as pessoas – propriedade que ela partilha com os sinais em geral. Tudo isso é verdade, é muito óbvio, mas não é suficiente para oferecer uma resposta à pergunta: que forma – ou formas – a palavra precisa ter para servir a tais funções?

Lembremos inicialmente que em um aspecto fundamental palavras e ferramentas são bem diferentes: a relação entre a forma que apresentam e a utilidade ou função que têm.

Já dissemos que a forma das ferramentas é determinada pela

função – ou funções – a que se destinam. Em se tratando de palavras, a realidade é outra. Palavras são sinais cuja função é ‘dar corpo’ a significados; no corpo de uma palavra, o significado circula da minha boca (que a pronuncia) para o seu ouvido (que a escuta), da minha mão (que a escreve) para o seu olho (que a lê).

Até que ponto o corpo de uma palavra, isto é, a seqüência de sons que a constitui, é condicionado pelo seu sentido? Não é difícil identificar essa relação em palavras como *zunzum*, *sussurrar*, *ziguezague*, *tique-taque*. Mas essas formas estão longe de representar a natureza das palavras em geral e, em particular, dos enunciados que construímos com elas.

A regra geral para a associação entre o corpo sonoro de uma palavra e o que ela significa é a convenção, o acordo espontâneo, jamais questionado, graças ao qual os membros de uma sociedade aceitam a referida associação. Por exemplo, em português, o segmento ou corpo sonoro *janela* para o significado ‘abertura em parede externa destinada à iluminação e à ventilação’. O mesmo conceito é expresso em inglês por *window*, em francês por *fenêtre*, em espanhol por *ventana*.

No entanto, temos de considerar um outro fator decisivo na associação entre as formas da linguagem e os conteúdos que elas expressam. Refiro-me à hipótese de que o sentido global de um enunciado ou de um texto possa ser descrito como a soma dos significados particulares das partes que o constituem. Com efeito, parece óbvio que uma frase como *Esta firma reconstruirá a ponte em duas semanas* expressa um sentido que decorre, se não totalmente, pelo menos parcialmente da soma dos significados das oito palavras que entram em sua composição. Dizemos ‘parcialmente’, porque não teremos sentido algum se, ainda mantendo as mesmas palavras, as dispusermos numa ordem aleatória, como em ‘*Esta em ponte a reconstruirá semanas firma duas*’. Claro que podemos ter variações: ‘*Em duas semanas, esta firma reconstruirá a ponte*’, ‘*A ponte, esta firma reconstruirá em duas semanas*’, ‘*Esta firma em duas semanas reconstruirá a ponte*’. A ordem *possível* de cada variante não é uma simples ordem das palavras, mas uma ordem de constituintes às vezes maiores que as palavras: [Esta firma] [reconstruirá] [a ponte] [em duas semanas].

Podemos, portanto, dizer que a construção do enunciado e do texto expressa na ordem de seus constituintes não é aleatória ou convencional: ela reflete a organização do conteúdo em termos do recorte

interno das porções de sentido e da relevância de cada uma no significado global.

Esta constatação não quer dizer que o sentido de um texto possa ser inteiramente apreendido com base nos constituintes que o estruturam. Sabemos que não existe “o sentido de um texto”, pois os textos não significam por si sós, mas como parte dos eventos discursivos que integram.

2. Seria a Linguagem um Espelho dos Conteúdos do Pensamento?

As questões que levantei acima evocam uma reflexão mais básica e profunda. Seria a linguagem um espelho do pensamento? Nossa experiência quotidiana da vida em sociedade não deixa qualquer dúvida sobre a importância da palavra como instrumento das relações humanas. No entanto, a consciência dessa importância não gera automaticamente uma compreensão fecunda do lugar da palavra na vida das pessoas. Todos reconhecem que as palavras são símbolos, mas em geral as encaram como simples nomes das coisas, recursos usuais com que rotulamos idéias, entidades, objetos para comunicarmos, uns aos outros, o que percebemos, queremos, sabemos, sentimos, pensamos. Tudo muito natural.

A premissa de que tudo isso se dá de modo inconsciente e espontâneo tem por efeito a sensação de que falar seja uma atividade tão natural quanto respirar, mastigar ou engolir. Obviamente, estes são atos que praticamos por simples impulso biológico e graças a uma combinação de movimentos fisiológicos que só se alteram por uma exigência ou acomodação orgânica natural. A linguagem segue outra ordem de estímulos, que têm de ser procurados no universo social, e se integra numa outra ordem de fenômenos: a dos fenômenos culturais, portanto aprendidos.

Leigos mas práticos, somos quase sempre tentados a tratar as palavras como se pertencessem a um estoque guardado na memória, como uma lista de etiquetas distintas e independentes que aplicamos às entidades do mundo real e do mundo imaginário. Assim, cada vez que precisamos mencionar alguma coisa ou exprimir alguma idéia, buscamos naquela lista as palavras ou etiquetas apropriadas e as com-

binamos umas com as outras conforme um ordenamento lógico que seria um reflexo da maneira como a própria realidade e o pensamento que a apreende estão construídos.

Esta crença deriva, na verdade, de uma outra, mais ampla porém menos óbvia: a de que o mundo a que nossas palavras fazem referência se acha organizado como uma estrutura autônoma e separada da linguagem, como um 'conjunto de coisas, fatos, sensações' prontos para receber a respectiva etiqueta. De acordo com essa crença, os conteúdos do nosso pensamento seriam apenas reflexos do mundo e nossa linguagem não passaria de um simples meio de pôr rótulos nesses reflexos ou de propiciar sinais para eles.

Sabemos, porém, que a linguagem não é uma simples ferramenta ou instrumento, nem, tampouco, o espelho de um mundo de objetos e fenômenos que preexistem à consciência humana. O conteúdo de nossos textos não é um 'retrato fiel' de nossas experiências de mundo. Estas não 'se transformam em conteúdos dos textos' em estado bruto, mas em virtude de um processo de filtragem e modelação inerentes à capacidade cognitiva humana e vinculadas às categorias da língua em que os textos são construídos. A transformação de nossas experiências de mundo em matéria textual envolve necessariamente, portanto, três grandes ordens de fatores: (a) fatores cognitivos, relacionados à capacidade humana de elaborar e processar unidades de sentido e informação, (b) fatores socioculturais adquiridos socialmente e partilhados pela coletividade e (c) fatores lingüístico-textuais, também adquiridos socialmente e partilhados pela coletividade. Uns e outros são constitutivos de nossos textos, na medida em que, balizando nossas escolhas por meio de um sistema coletivo de representações, fazem do que dizemos/escrevemos um meio de contato que viabiliza o entendimento entre dois sujeitos. Portanto, o que 'vale' para a interação por meio da palavra não é o que 'está no mundo' ou mesmo o que 'está na minha cabeça' como uma compreensão dele, mas o sentido que meu interlocutor é capaz de construir com base nos símbolos – ou signos – que emprego e nos sinais com que busco roteirizar sua compreensão.

Ensinar a língua é ensinar a lidar com esses signos e com esses sinais a fim de construir sentidos por meio deles, já que essa construção é tanto de quem fala/escreve quanto de quem ouve/lê. Ensinar a língua é sensibilizar o estudante para indagar-se sobre o valor de uma escolha em detrimento de outra e sobre o papel dos sinais que roteirizam

o sentido – que é onde a subjetividade do enunciador e a subjetividade do leitor se tocam. Esta é uma verdade tão antiga quanto consensual, mas o consenso cede lugar à polêmica quando a questão se refere aos meios adequados à consecução desses objetivos.

Já é longo – mas provavelmente nunca será conclusivo – o debate sobre a utilidade e os benefícios da reflexão sobre a língua no processo de ensino concebido nos termos com que iniciei o parágrafo anterior. O tema não é novo, apenas voltou ao debate. Como tampouco é nova a tese de que o conhecimento descritivo de uma língua não é fator determinante do desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão em sua modalidade falada ou escrita. A lição do bom senso, antiga mas não menos atual, é que não são o estudo descritivo de gramática e a memorização de regras do uso padrão que garantem aos cidadãos o domínio progressivo das habilidades de leitura, interpretação e expressão em sua língua materna.

Quando, porém, se fala em reflexão sobre a língua, não é de análise gramatical em sentido estritamente técnico que se fala. Reflexão sobre a língua é outra coisa bem mais abrangente: é uma prática que, sem negar a função instrumental da palavra, repensa-a e redimensiona sua relevância na didática da língua. A concepção estritamente instrumental da língua é empobrecedora porque opera com o pressuposto de que a língua se limita a revelar, mapear ou espelhar uma realidade já pronta e a veicular fragmentos dessa realidade de pessoa para pessoa. Uma didática da língua que valorize e explore a potencialidade do espírito humano – como há de ser toda educação que mereça este nome – precisa ser ousada e reagir à tendência a reduzir a natureza da linguagem ao seu papel de instrumento. Reorientar a didática da língua para visá-la como o próprio foco do processo de aprendizagem equivale a construir, a partir dela, um conhecimento que é, no fundo, um conhecimento sobre a natureza humana e sobre a vida dos homens em sociedade.

Para um contato com propostas instigantes e renovadoras de tratamento didático da língua nessa perspectiva, sugiro ao leitor que consulte FONSECA (1997) e FRANCHI (2006), que oferecem fecundo embasamento teórico, e ILARI (2001 e 2002), que propõe atividades diversas.

3. Uma Forma de Conhecimento e de Criação de Significados

É óbvio para qualquer pessoa que a palavra existe para servir de mediadora das relações do homem com o mundo que o cerca e com seus semelhantes. O que não é tão óbvio, porém, é a extraordinária quantidade e sutileza dessas relações, o que exige da linguagem uma versatilidade que excede extraordinariamente as características das ferramentas.

Na verdade, o mundo que nos cerca, o que sentimos, pensamos ou imaginamos não circula entre os homens e se transfere de um indivíduo a outro senão pelo filtro da palavra, que não é um condutor neutro de conteúdos, mas um gerador e modelador de sentidos. Nos termos de uma concepção ainda ingênua, não obstante mais refinada do que a da linguagem como espelho, pode-se pensar a linguagem como uma espécie de mapa que se coloca entre o homem e o mundo. Um mapa fornece uma visão redutora e esquemática do território a ser percorrido, demarcando o que importa ver, conhecer e comunicar, tanto no que diz respeito ao contorno das coisas como às relações entre elas. Assim como o mapa estrutura o território para quem o percorre, a língua organiza o mundo como uma estrutura dotada de significado. A metáfora do mapa faz justiça à natureza categorizante da língua, mas padece dos outros dois inconvenientes da metáfora do espelho: é estática e implica que o objeto significado e revelado existe por si.

A língua é uma forma socialmente adquirida de conferir sentido às nossas experiências do mundo e de tornar essas experiências assunto de nossos atos de comunicação. Graças à língua, o homem liberta-se das circunstâncias imediatas, o “aqui e agora”, e expande para o passado e o futuro o raio do mundo referenciável, na medida em que pode nomear ou evocar seres não-presentes na situação de fala; reportar-se a situações e experiências passadas, revivê-las e provocar em seu ouvinte ou leitor sensações análogas às que experimentou; projetar experiências futuras ou criar seres que compõem cenários imaginários e participam de acontecimentos imaginários. Graças à língua, os conteúdos expressos em nossos enunciados não precisam, portanto, ser reflexos de dados presentes na situação comunicativa, mas sempre há de ser conceitos potencialmente significativos, aptos a compor enunciados/textos que podem ser produzidos em lugares e épocas dis-

tintos do espaço e tempo em que as coisas relatadas ou referidas ocorreram. A língua tem, portanto, um poder de significação que transcende a função de nomear os dados da experiência humana real: seu papel na expressão de 'conceitos potencialmente significativos' lhe dá o poder de criar os universos de sentido que circulam na sociedade sob a forma de enunciados/textos. Pode ser um recado, uma notícia, um relatório – expressões de fatos reais –, mas também pode ser uma obra de ficção, como as fábulas e os romances, uma prece – expressão da espiritualidade e da fé –, ou um tratado filosófico sobre a liberdade.

A língua é parte da capacidade simbólica exclusiva do ser humano, dom que o provê de um sétimo sentido (o rótulo “sexto sentido” está reservado para a intuição). Este sétimo sentido resume todos os outros e a eles se sobrepõe em um universo de conhecimento e significado a que só se tem acesso através do símbolo, da imagem, da palavra. Esse universo de conhecimento e significado se expressa ordinariamente numa diversidade de domínios – a cujo conjunto damos o nome genérico de cultura – segundo o modelo de organização convencionalmente adotado pela sociedade: *senso comum, ciência, religião, política, folclore, direito, jornalismo, literatura, humor, artes, técnicas*, etc. etc.

Neste amplo espaço dominado pela utilização de símbolos, a palavra tem lugar de destaque pela versatilidade e universalidade de suas funções. A linguagem verbal é o mais abrangente, elaborado e adaptável recurso de criação, assimilação, circulação e transmissão de representações do conjunto de nossas experiências da realidade. Mais que isso, ela é o próprio espaço simbólico que torna possíveis essas representações, na medida em que é por meio das palavras que se define o tom do relacionamento entre as pessoas – direto ou dissimulado, cerimonioso ou informal, autoritário ou cooperativo – e se configura o contexto social em que elas interagem. Com efeito, esse contexto não é um dado real ‘externo e objetivo’, mas uma construção mental dos interlocutores, cuja participação no processo comunicativo, atravessado muitas vezes por uma dinâmica imprevisível, se manifesta como papéis sociais. É com referência a estes papéis que ajuizamos a relevância de uma informação ou de um comentário, a oportunidade ou pertinência de um assunto, a adequação e funcionalidade das formas de expressão com que construímos nossos discursos. Em suma, “para o animal, o mundo é fundamentalmente o

que os sentidos lhe oferecem; para o homem, o que lhe dizem as palavras ditadas pela história.”

4. Língua, Discurso e Texto

A aptidão humana para a comunicação através de símbolos, cuja manifestação mais ampla e versátil constitui o que chamamos de *língua*, é, portanto, condição inerente à vida na dimensão cultural. A atividade comunicativa por meio de uma língua constitui o *discurso*. E os objetos por meio dos quais essa atividade se desenrola se chamam *textos*. É por meio de textos, básica e universalmente orais, mas em muitas sociedades também escritos, que os conteúdos ou informações circulam entre as pessoas.

Materialmente falando, os textos são entidades construídas por meio de palavras. Mas quando chamamos um objeto verbal qualquer de texto, não tomamos em consideração apenas sua face material, representada nas palavras e construções. Mais que isso, os textos são objetos lingüísticos investidos de função social no amplo e complexo jogo das interações humanas. Eles não são meros veículos, mas partes essenciais dos eventos nos quais se instauram as relações sociais e cuja cadeia constrói pouco a pouco a história dos grupos, das comunidades, das sociedades. Os textos são o que são – uma face possível do relacionamento humano – em virtude das tarefas comunicativas que estão destinados a desempenhar nesses eventos. Noutras palavras, há entre a formatação dos textos (*gênero, modo de organização, registro, vocabulário, gramática*) e suas funções sociocomunicativas uma íntima e indissolúvel integração. E mesmo a eventual supressão do discurso – o silêncio – não constitui sua negação, mas uma de suas expressões.

Os conteúdos e informações veiculados nos textos têm um certo *valor interlocutivo* no mercado das trocas verbais. Este valor interlocutivo lhes é conferido pelas coordenadas do *contrato de comunicação* (CC, ver adiante) vigente em cada evento interativo. Uma receita médica, por exemplo, detém em nossa sociedade um valor interlocutivo bem distinto do que comumente se atribui a um horóscopo. O CC que rege cada um desses textos só confere o status de uma prescrição à receita médica.

Certos textos são caminhos de mão única: o manual do imposto de renda, as instruções de uso de aparelhos domésticos, as receitas médicas, as convenções de condomínio, as bulas de remédios. Estes são em geral textos utilitários, geralmente de viés instrucional ou normativo, típicos das práticas discursivas caracterizadas por uma assimetria dos papéis discursivos – e por consequência das prerrogativas de fala – desempenhados pelos interlocutores. Esta classe compreende ainda todos aqueles textos que circulam em cada cultura como diretrizes de conduta moral ou religiosa.

Outros textos, porém, se apresentam como ofertas ou propostas de conteúdos, de acordo com as experiências, as expectativas e os interesses das pessoas que se comunicam. Nestes casos, podemos dizer que os sentidos não dependem apenas daquilo que a pessoa que fala ou escreve “quer ou tem a dizer”; eles tendem a ser elaborados numa espécie de negociação dialética entre autor e leitor. Esta heterogênea classe de textos compreende as obras a que o leitor responde basicamente com a disposição de adquirir, consolidar ou reelaborar conhecimentos / informações. São os textos que disponibilizam conteúdos diversos e, segundo o interesse de quem os lê, assumem o papel de ‘textos formadores’, na medida em que veiculem valores de toda ordem – estéticos, morais, místicos, ideológicos etc. –, podendo, assim, inspirar ações por opção de seus leitores. Aí se incluem os textos destinados à informação ordinariamente veiculados pela mídia, os textos de opinião, os textos ensaísticos e os textos científicos.

Podemos ainda conceber uma terceira classe: a dos textos construídos com a finalidade explícita de criar ou influenciar comportamentos. É o caso do horóscopo. Aí se incluem os textos publicitários e os de propaganda, alguns outros textos religiosos, certos textos didáticos, as ‘correntes’ e as ‘simpatias’. Esta categoria abriga ainda textos como o do seguinte recado, que se vê afixado em elevadores, transportes coletivos, estabelecimentos comerciais e halls de prédios públicos: “Sorria! Você está sendo filmado.” A mensagem manifesta é apenas um disfarce para tornar mais ameno o verdadeiro recado: “Comporte-se! Estamos de olho em você.”

Outras classes de textos poderiam ser propostas segundo o critério de *serventia social* esboçado acima, mas os propósitos desta exposição não demandam que o tema seja esmiuçado.

5. As Dimensões Estrutural e Institucional da Linguagem

Até aqui, salientamos alguns aspectos cognitivos e culturais da linguagem e introduzimos, de passagem, o conceito de *contrato de comunicação*, que serviu de embasamento a uma tipologia elementar dos textos. Estas considerações iniciais já apontam para a distinção entre duas dimensões de nosso conhecimento de uma língua: a dimensão estrutural e a dimensão institucional. A primeira diz respeito às unidades segmentais – isto é, as unidades que as teorias gramaticais correntes nos ensinam a isolar e agrupar em classes (*fonemas, sílabas, radicais, afixos, palavras, locuções, frases*) –, e supra-segmentais (*tonicidade, velocidade, quantidade, entoação* etc.), bem como às regras combinatórias responsáveis pela construção das sílabas, das locuções, das frases, dos textos. É a dimensão recoberta pela gramática da língua. A dimensão institucional, por sua vez, refere-se, em linhas amplas, às relações entre a língua como ‘instituição social’ e os indivíduos. É o domínio dos aspectos ideológicos da linguagem.

Diz respeito à dimensão institucional o conjunto de crenças e expectativas que um indivíduo ou uma comunidade tem a respeito da ‘maneira correta ou adequada’ de usar a língua em certas situações e para certos fins, como a distinção entre o uso corrente e o uso desviante, o uso geral e o uso local, o uso comum e o uso técnico. Nessa esfera incluem-se todos os juízos de valor, como as noções de gíria, baixo calão, forma culta, jargão técnico, falar caipira, linguagem familiar etc. O sentimento da dimensão institucional de uma língua é, em princípio, privativo de seus usuários nativos, pois só estes têm a experiência do convívio histórico e cotidiano graças ao qual se internalizam os juízos de valor associados às múltiplas formas de expressão.

É a observância de um aspecto da dimensão institucional de uma língua que leva um nordestino ou um gaúcho já afeitos a outra variedade a resgatar ou acentuar os traços típicos de sua fala original quando retratam situações ou estilos de vida característicos de suas culturas.

Essa tipicidade da dimensão institucional tende, entretanto, a ser apreendida com outro olhar por membros de outras comunidades. Sabe-se que toda cultura produz estereótipos das outras. No Brasil, estes estereótipos se fixaram em anedotas cujos personagens são por-

tugueses, italianos, judeus, mexicanos, japoneses, e que retratam uma suposta tipicidade do modo de ser desses povos. O traço cômico dessas anedotas está antes no estereótipo do 'modo de falar' daqueles personagens do que no conteúdo das anedotas.

É claro que esta é uma visão de quem está fora daquela sociedade, uma visão distorcida – portanto preconceituosa – e decalcada para fins meramente humorísticos, na medida em que constitui uma representação esquemática – ainda que pretensamente universal – de um objeto isolado de seu contexto. A televisão brasileira é um cenário fecundo dessas representações; em seus programas humorísticos – e mesmo em novelas – caricatura-se a língua dos índios (ex. 'mim quer'), caricatura-se a fala dos homossexuais, caricatura-se o jeito de falar dos torcedores de certas agremiações esportivas, etc.

Não se pense, porém, que esses estereótipos sejam sempre caricaturas depreciativas ou cômicas. Também é fruto de imagens institucionais estereotipadas a obsessão dos agentes comerciais por nomes estrangeiros para empresas, lojas e atividades diversas que vivem do consumo e para o consumo.

É ainda o estereótipo que alimenta a atitude impressionista dos que acham que certas línguas estrangeiras ficam melhor para as moças e outras para os rapazes; que certas línguas se identificam com um tom autoritário de falar, e outras com um modo educado e meigo.

6. A Linguagem como Comportamento Social

O cenário próprio da dimensão institucional da linguagem é a atividade comunicativa – o discurso – na qual a linguagem se manifesta como comportamento social. Construir e atribuir sentido é a síntese do processo que chamamos de 'interação humana'. Este processo envolve múltiplos fatores de ordem afetiva, cultural, sociocultural, psicossocial e ideológica. Um dado, porém, é por si só evidente e embasa qualquer tentativa de compreender e explicar o evento comunicativo: a comunicação entre as pessoas se processa sempre num *contexto sociocomunicativo*. Este não se resume no cenário físico e social objetivo, mas corresponde, antes de mais nada, ao condicionamento mental ou psicológico que nos predispõe ao comportamento discursivo

adequado e pertinente, seja para a interação que satisfaz as demandas sociais de rotina – e que se concretiza em *textos-meios* –, seja para a interação gerada pelos próprios textos – que chamaremos, sem maior rigor técnico, *textos-objetos*.

É claro que o cenário físico e social é parte desse condicionamento, mas nem sempre é seu componente mais decisivo. O componente crucial é a imagem que os interlocutores fazem um do outro, o papel social que cada um atribui ao outro enquanto atores do evento comunicativo em curso. Texto e contexto constituem duas faces complementares e indissociáveis de qualquer evento sociocomunicativo, a que damos o nome de discurso. Não há, portanto, texto sem contexto.

Tal como qualquer comportamento social, o uso da língua está sujeito a coordenadas, normas e regras, mais ou menos rígidas segundo os interlocutores a quem nos dirigimos, as situações em que nos achamos e, até mesmo, os assuntos que abordamos. Não tomemos, porém, essas normas e regras no sentido restrito de instruções para ‘falar e escrever corretamente’, como apregoam alguns gramáticos e professores que enchem colunas de jornal com lições de certo e errado.

As coordenadas, normas e regras a que me refiro acima são inerentes aos próprios atos discursivos que praticamos. Com efeito, toda situação de interação sociocomunicativa caracteriza-se por um conjunto de comportamentos, atitudes e atos de seus protagonistas: as trocas verbais são regidas por contratos de comunicação, isto é, por convenções interativas que regulam o comportamento verbal apropriado a cada situação de comunicação. É o contrato de comunicação que indica que, em certas situações, cabe a uma pessoa falar enquanto as demais escutam. Uma cerimônia religiosa ou uma conferência se desenrolam segundo normas de comportamento que fazem parte dos respectivos contratos de comunicação. Não é normal, por exemplo, que um convidado interrompa a cerimônia de um casamento para pedir ao padre que fale mais alto. Assim também, é improvável que, atendendo ao chamado de um cliente que necessita da troca de um disjuntor, o electricista lhe diga: “Vou pedir ao senhor que desencape os fios, porque tenho pavor de levar choque elétrico.”

Estar apto à comunicação numa língua requer, portanto, muito mais do que o domínio das palavras e da gramática que as organiza em construções maiores. Aqui, a distinção entre *textos-meios* e *textos-objetos* se revela particularmente operacional. Quando lida com

textos-meios, ninguém escolhe com absoluta liberdade suas formas de expressão lingüística, nem tampouco os conteúdos do discurso; antes, mobiliza-os em sintonia com os componentes do contexto de comunicação e em função das demandas sociais de rotina: um relatório de viagem para a empresa que a custeou não é substituível por um diário de impressões pessoais. Enfim, neste caso, a concretização e o sucesso da interação verbal requerem que os indivíduos nela envolvidos regulem seus atos pelo contrato de comunicação, cujos princípios fundamentais são a pertinência dos conteúdos e formas de linguagem escolhidos, e a cooperação dos protagonistas do processo comunicativo.

Esta propriedade da linguagem humana é responsável pela extraordinária variedade de usos que acompanham a multiplicidade das situações comunicativas de que participamos, e cria nos usuários da língua o sentimento de adequação, oportunidade, pertinência e, por que não, de correção. Se a linguagem é também uma forma de comportamento, o domínio das convenções próprias de um dado contrato de comunicação é um requisito à eficácia e ao êxito de nossas práticas discursivas.

No item 7 abriremos espaço para considerações sobre o que chamamos textos-objetos. Fechemos, pois, esta notícia sobre a linguagem como comportamento social discriminando os itens abrangidos por nosso conceito-chave, o de *contrato de comunicação*, segundo uma terminologia já corrente. Este corresponde, em última análise, a um *acordo, não necessariamente consciente, entre os interlocutores sobre cinco pontos: a) os respectivos papéis sócio-interativos, b) as estratégias comunicativas a serem empregadas, c) os conteúdos oportunos, d) a variedade de língua utilizada e o suporte – oral ou gráfico – de sua manifestação, e e) as formas de discurso (tipos, gêneros e modos de organização) pertinentes.*

7. Rigidez e Flexibilidade das Formas de Expressão

Todo esse conjunto de considerações sobre a linguagem, suas formas e usos pode deixar a impressão de que a expressão humana por meio da palavra é regulada por uma teia rígida de condicionamentos e regras. Claro que não é bem assim. Se há um fundamento decisivo da adequação e eficiência do comportamento discursivo das pessoas, este

consiste na capacidade de discernimento e avaliação do contexto sociocomunicativo, graças à qual escolhemos apropriadamente nossas formas de expressão.

Quando construímos um texto, sabemos muito bem o que queremos com ele, a quem o dirigimos e do que estamos falando ou escrevendo. O ato de usar a palavra é um ato social como qualquer outro, e como tal sujeito a normas de conduta. Mas o homem é um ser ao mesmo tempo adaptativo e transformador. É essa capacidade de avaliação que nos guia na atividade sociocomunicativa em geral e na verbal-discursiva em particular. Graças a ela podemos:

(a) ser mais adaptativos, sujeitando-nos aos padrões de conduta social e lingüística que exercem sobre nós certa pressão coercitiva,
(b) mais transformadores, rompendo com esses padrões, ou
(c) dialéticos, integrando numa nova totalidade os efeitos destes dois movimentos contrários.

É esse discernimento que nos orienta na escolha do gênero textual e do registro lingüístico adequado.

A naturalidade com que nos envolvemos nas práticas comunicativas de rotina nos impede de perceber que agimos ordinariamente conforme está previsto em (a). A atitude descrita em (b) é própria das situações em que uma pessoa se comporta motivada pelo desejo, consciente ou não, de afirmar a diferença, de se impor pela originalidade, ou mesmo de afrontar ou escandalizar. A atitude descrita em (c) caracteriza, obviamente, a síntese ideal do conflito entre conservação/tradição e mudança/ruptura. Ocorre que o crescimento intelectual, social e cultural das pessoas se traduz na variedade e complexidade das formas pelas quais elas compreendem e expressam o mundo em que vivem. É para habilitar-se para essas novas experiências da vida sociocultural que cada um de nós precisa ampliar e aprofundar seu conhecimento da língua e de suas manifestações textuais. Os usuários de qualquer língua que se emprega em uma complexa variedade de contextos socioculturais, e que assim serve a uma complexa variedade de fins comunicativos, deparam constantemente com auto-indagações sobre a oportunidade e adequação de suas formas de expressão: *ponho esse verbo no plural ou no singular? que tratamento devo dar ao meu interlocutor – você, o senhor, o colega?, minha prima foi promovida a sargento ou a sargenta?*

De um modo geral, os ensaios que abordam a contribuição da

lingüística para a formulação de políticas pedagógicas e para a elaboração de materiais de ensino da língua dão destaque à importância do preparo dos professores para lidar com a variação lingüística, porque é na compreensão do fenômeno da variação que está a chave para uma correta atitude diante do que a tradição normativista rotula de “erros de linguagem”. Todo uso tem sua faixa de vigência, vitalidade e funcionalidade; o que varia é a amplitude de cada uma. A conclusão óbvia que se tira dessas reflexões é que o amadurecimento e aperfeiçoamento de nossas habilidades comunicativas se traduzem como capacidade de adequar os recursos de expressão às coordenadas do contrato sociocomunicativo. A abrangência, variedade, versatilidade, complexidade e riqueza dessas habilidades correspondem, de fato, à face visível da abrangência, variedade, versatilidade, complexidade e riqueza do universo cultural que nos constitui como pessoas, como cidadãos.

Os textos inscritos na ordem dos textos-meios desempenham funções socioculturais previamente desenhadas para eles. Estas são necessidades ou carências sociais de rotina: informação, conhecimento, orientação, lazer, divertimento, conforto espiritual. Não se pode dizer que eles sejam sempre produzidos segundo a lógica de um mercado consumidor, mas não há dúvida de que é este destino que, em tese, assegura a relevância deles. Já nos referimos à distinção entre uma receita médica e um horóscopo, gêneros inscritos na ordem dos textos-meios. O caráter compulsoriamente prescritivo do gênero ‘receita médica’ é sustentado pela credibilidade institucionalmente conferida a seu enunciador, o médico; a prescriptividade do gênero ‘horóscopo’ não tem sustentação institucional, credita-se a motivações e idiosincrasias pessoais do leitor, pelo menos em sociedades como a nossa.

Abramos agora um parágrafo para um breve comentário sobre a natureza dos textos-objetos. Repito que esta terminologia é precária, mas era preciso criar um contraponto com os textos-meios. O que venho chamando de textos-objetos recobre toda a produção textual que não se propõe a atender a uma demanda social razoavelmente estabelecida, mas, pelo contrário, a existir como um universo alternativo de vivências criado pelo poder simbólico da palavra. Trata-se daqueles textos que, mesmo dizendo-nos o que já sabíamos, lemos e relemos enredados pelo magnetismo de uma construção insólita, de

uma comparação que nos revela uma face insuspeita de algum objeto familiar. Esses textos integram uma classe mais ampla, que convencionalmente chamamos de *literários*. Prestemos atenção no seguinte texto, um poema de Geir Campos intitulado TOCATA:

Tuas mãos imitam conchas
de nácar, sobre o piano:
por entre as curvas dos dedos
ressoa, conta segredos,
a verde voz do oceano.

Tuas mãos lembram medusas:
brancas madeixas confusas
de alguma ninfa suicida,
que o vento embalde convida
à vida que ela recusa.

Tuas mãos sugerem algas:
algo encharcado de mar
amargo, que tenha o gosto
de mágoa enxuta no rosto
dos que não sabem chorar.

A tocata é uma peça musical própria para teclado, cuja execução geralmente requer virtuosismo do intérprete. No poema, esse virtuosismo é metonimicamente captado no movimento das mãos, que

'imitam', 'lembram', 'sugere(m)'. Não há, além do título, qualquer referência a uma canção ou melodia; os sons porventura ouvidos desencadeiam associações com figuras marinhas (*conchas, ninfa, algas*) – imagens que fascinam pela plasticidade obtida em insólitas combinações de palavras (*verde voz do oceano, brancas madeixas confusas, mágoa enxuta no rosto*). O próprio ritmo do poema recria o movimento repetido mas irregular de marolas graças à reiteração errática de segmentos sonoros (*mar amargo, algas: / algo*) e à distribuição irregular ou inesperada de rimas (*convida / à vida*). Trata-se de um virtuosismo de linguagem que mimetiza o virtuosismo e os torneios inesperados da interpretação.

Se algum legado esses textos transmitem à sociedade, são possibilidades novas de compreensão da vida, de percepção do mundo, de indagação sobre o sentido da existência humana, na medida em que “violentando a sensibilidade e os hábitos mentais do leitor, perturba(m)-lhe por algum tempo o equilíbrio interno e o restabelece(m) depois em plano e clima diferentes.” (MACHADO, 1957).

8. À guisa de Arremate

Arrematemos este conjunto de reflexões lembrando que, toda vez que se comunica pela palavra, qualquer pessoa produz um texto. Oral ou escrito, este texto pertence a um gênero, conforme à função comunicativa que lhe compete, e tem uma estrutura, conforme às posições ocupadas por suas unidades de informação e à importância relativa de cada uma. Nossos textos são sempre formalmente marcados pela intenção com que os enunciamos: informar, perguntar, pedir, aconselhar, estranhar, desconfiar, elogiar, censurar, lamentar, comemorar, ponderar, refletir, devanear etc., etc. O homem repete, cria e recria formas de expressão, mas a variedade e complexidade delas só se tornam necessárias para acompanhar a variedade e complexidade de nossos conhecimentos, de nossas experiências do mundo. Mas é ilusão supor que os conteúdos sejam mais importantes que as formas de expressão: uns e outras se pressupõem e se alimentam mutuamente, uma vez que a riqueza dos meios de expressão também abre caminhos para novas experiências de conhecimento, para novas percepções do mundo organizado através da palavra. O homem é dotado de uma capacidade inata para conhecer, compreender e se

expressar, mas essa capacidade só se desenvolve mediante os estímulos do meio social, corporificados nos símbolos (palavra, gesto, desenho etc.). Exposta a esses estímulos, a criança adquire sua língua materna de forma natural e ao longo da vida adapta e transforma esse conhecimento sempre em função das demandas comunicativas que se acrescentam à sua existência. A experiência do letramento é uma dessas transformações, e a alfabetização o começo de um processo ordinariamente ambientado na escola, onde cada um é conduzido por um território amplo e diversificado de situações discursivas novas que lhe propiciam um refinamento progressivo de suas habilidades de leitura e de expressão oral e escrita. E é para conduzir os estudantes no longo e trabalhoso processo cumulativo de ampliação e refinamento dessa competência que existem os professores.

ABSTRACT

In this paper we recall the assumption that living beings are limited by their biological nature, and live according to the cycle of life, undergoing its laws in an inexorable way. Man, however, is conscious of this limitation, and reacts to it by creating another dimension within which he searches for the meaning of life: the cultural dimension. It's the symbol that allows him to enter this dimension. As far as the symbol works generating and modeling concepts, it converts the 'world of things' into a 'world of meanings'. Man repeats, creates and recreates forms of expression, but the variety and complexity of these forms reflect as much as produce the variety and complexity of our experiences of the world and of our knowledge. This presupposition supports an opinion shared by many educators: the success of the pedagogical enterprise depends crucially upon the students' capacity of reading and writing. This capacity may be continuously and efficiently increased and refined by means of reflection about the symbolic nature of language and discussion about the relationships between the construction of texts and their communicative aims. KEY WORDS: symbol, culture, words and tools, language and knowledge, text and the teaching of reading.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4 ed. São Paulo: Pontes, 1995.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- CAMPOS, Geir. *Rosa dos rumos*. Rio de Janeiro: LITERÁRIA, 1950.
- CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica* (tradução brasileira de *An essay on man*). São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- FRANCHI, Carlos et alii. *Mas o que é mesmo "GRAMÁTICA"?* (org. de Sírio Possenti). São Paulo: Parábola, 2006.
- FONSECA, Fernanda Irene. *Gramática e pragmática: estudos de lingüística geral e de lingüística aplicada ao ensino do português*. Porto: Porto Editora, 1994.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.
- MACHADO, Aníbal. *Cadernos de João*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, Neusa Salim e NAME, Maria Cristina (orgs.). *Lingüística e cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 49-77.
- OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- PINILLOS DIAZ, José Luis. Comunicación, lenguaje y pensamiento. In: CASTRO GUBELLS, Carlos et alii. *Doce ensayos sobre el lenguaje*. Madrid: Publicaciones de la Fundación Juan March, 1974. p. 139-55.